



"(...)a pobreza infantil pode ser encarada como um estado de privação em domínios ou áreas essenciais ao bem-estar da criança".

Bastos et al. (2008; p.10)

"(...)A percentagem de crianças pobres no mundo desenvolvido aumentou em 17 dos 24 países da OCDE para os quais existem dados. Independentemente do instrumento aplicado para medir a pobreza, a situação das crianças parece ter-se deteriorado ao longo da última década".

[\(UNICEF, 2005\)](#)

Sobre POBREZA INFANTIL definimos

"Os indivíduos, famílias e grupos de população estão em situação de pobreza quando não têm recursos que lhes permitam obter o tipo de alimentação, participar nas actividades e ter as condições de vida e conforto que são comuns, ou pelo menos encorajados ou aprovados nas sociedades a que pertencem."

TOWNSEND, Peter (1979), **Poverty in the United Kingdom. A survey of household resources and standards of living**. Penguin Books, p.31.

"Os trabalhos sobre a pobreza infantil em Portugal são escassos e utilizam, na sua maioria, uma abordagem que considera a família como a unidade de observação. A pobreza infantil é, nestas condições, considerada como um subproduto do problema mais geral da pobreza e o seu estudo circunscreve-se à análise das condições de vida das famílias pobres com crianças a cargo. Trata-se de uma abordagem de alguma forma limitada uma vez que: não explora a noção de bem-estar da criança e, conseqüentemente, não considera um conceito de pobreza infantil de *per-sí*, identifica a pobreza da família com a pobreza da criança reduzindo o potencial analítico de investigação das especificidades da pobreza infantil e, por último, cinge-se à utilização de um conceito de pobreza estritamente monetário que não inclui aspectos relacionados com a observação das condições de vida que traduzem todo um conjunto de informação complementar ao rendimento.

Note-se que a pobreza infantil não coincide necessariamente com a pobreza da família. De facto podem encontrar-se agregados cujo rendimento está abaixo do limiar de pobreza mas cujas crianças a cargo não são necessariamente pobres. "

BASTOS, A., LEÃO FERNANDES, G., PASSOS, J., MALHO, M. J. (2008), **Um olhar sobre a Pobreza Infantil: análise das condições de vida das crianças**. Almedina, pp. 8-9.

"A verdadeira medida do estado de uma nação está na forma como cuida das suas crianças - da sua saúde e protecção, da sua segurança material, da sua educação e socialização, e do modo como se sentem amadas, valorizadas e integradas nas famílias e sociedades onde nasceram.

[\(UNICEF, 2007\)](#)

O [Centro de Pesquisa Innocenti da UNICEF](#), na sua publicação **Pobreza Infantil nos Países Ricos 2005**, fala da importância mas também das limitações do conceito de pobreza com base apenas nos rendimentos e sobre a necessidade de outras medidas que detectem as restantes dimensões da pobreza infantil.

[Disponível on-line »](#)

Os dados estatísticos disponibilizados na publicação acima referida foram achados tendo como base o documento de trabalho **Principles and Practicalities in Measuring Child Poverty for the Rich Countries**, de Miles Corak, numa edição de 2005 também do Centro de Pesquisa Innocenti da UNICEF.

[Disponível on-line »](#)

Já em 2007, o Centro Innocenti divulga o estudo **Pobreza infantil em perspectiva: Visão de conjunto do bem-estar da criança nos países ricos**, que visa proporcionar uma avaliação global das vidas e do bem-estar das crianças e jovens em 21 países industrializados, incluindo Portugal. Tem por finalidade fomentar o acompanhamento, permitir a comparação e estimular a discussão e o desenvolvimento de políticas com vista a melhorar as condições de vida das crianças. Tenta aferir e comparar o bem-estar da criança em seis aspectos ou dimensões diferentes:

- O bem-estar material considera três componentes diferentes:
 1. a pobreza de rendimentos relativa (percentagem de crianças a viver em lares com rendimentos equivalentes a menos de 50% da mediana nacional);
 2. as crianças em agregados familiares sem adultos empregados;
 3. a carência declarada (percentagem de crianças que declaram insuficiência de meios na família, escassez de recursos educativos, ter menos de 10 livros em casa...)

- A saúde e segurança, que engloba a mortalidade infantil, os serviços preventivos de saúde (vacinação) e a segurança (mortes devidas a acidentes e ferimentos)

"(...)os três principais desafios práticos que todos os Governos enfrentam para respeitar a Convenção sobre os Direitos da Criança: primeiro, definir o nível de vida mínimo compatível com a dignidade da criança e necessário para garantir o seu normal desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social; segundo, compreender as capacidades e os limites das famílias e dos mercados para garantir este nível de vida; e terceiro, compreender rapidamente, com base em provas, o impacto das decisões orçamentais dos Governos nas vidas das crianças".

[\(UNICEF, 2005\)](#)

- O bem-estar educativo, que avalia o desempenho e abandono escolar assim como a transição para o primeiro emprego.
- As relações do jovem com a família e os seus pares, que abarca a estrutura familiar (nomeadamente a percentagem de crianças que vivem em famílias monoparentais ou recompostas) e a frequência de comunicação com os pais.
- Os comportamentos e riscos, parâmetro que avalia os hábitos alimentares e de exercício físico, os comportamentos de risco como o abuso de álcool, drogas e a prática de relações sexuais não protegidas; abarca ainda as experiências de violência como o *bullying*.
- A percepção subjectiva de bem-estar dos jovens tenta reflectir as opiniões e as vozes das próprias crianças quanto ao respectivo bem-estar na área da saúde, da educação e bem-estar pessoal.

[Disponível on-line »](#)

A **Convenção sobre os Direitos da Criança** das Nações Unidas é um texto jurídico abrangente, constituído por 54 artigos que cobrem quase todos os aspectos dos direitos humanos e do bem-estar das crianças. Exige dos 192 Governos dos Estados que a ratificaram o estabelecimento de redes de segurança económica capazes de proteger as crianças contra a miséria e os tipos de privação susceptíveis de comprometer o seu desenvolvimento. O artigo 4.º sublinha que estes direitos serão garantidos por cada Estado "no limite máximo dos seus recursos disponíveis".

O artigo 27.º estabelece que os Governos "reconhecem à criança o direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social". Deixa claro que cabe principalmente aos pais e outras pessoas que tenham a criança a seu cargo "assegurar [...] as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança", mas que os Governos deverão ajudar os pais "a realizar este direito e asseguram, em caso de necessidade, auxílio material e programas de apoio, nomeadamente no que respeita à alimentação, vestuário e alojamento".

[Disponível on-line »](#)

O [Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social](#) estabelece como prioridade política, no seu **Plano Nacional de Acção Para a Inclusão 2006-2008**, “o combate à pobreza infantil, enquanto prioridade fundamental para lutar contra a reprodução intergeracional de pobreza”.

“Nas crianças, as medidas traduzem-se no reforço da protecção social, por um lado, através da componente monetária, nomeadamente por via das prestações familiares, em que ocorre a discriminação positiva das famílias com menos recursos e, em particular, das famílias monoparentais. Por outro lado, reforça-se o investimento e qualificação das respostas existentes ao nível de equipamentos e serviços através de um particular reforço das vagas em creche permitindo, por um lado um maior apoio às famílias mais carenciadas e, por outro, uma resposta direccionada às necessidades das famílias designadamente as mais jovens, promovendo a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional das mulheres e dos homens. Estas incluem ainda, as respostas institucionais que têm como objectivo promover o interesse superior da criança, com especial enfoque na criação de alternativas que garantam a prevalência na família e no apoio aos jovens no seu processo de autonomia. As políticas activas de emprego reforçam o apoio às famílias e consequentemente as crianças inseridas nestes agregados.

No combate à pobreza nas crianças assumem ainda especial destaque as medidas promovidas no âmbito do sistema educativo, designadamente ao nível do pré-escolar e das condições de cumprimento da escolaridade obrigatória. Por outro lado, as intervenções desenvolvidas no sentido de promover a inserção profissional de grupos desfavorecidos, no quadro das políticas activas de emprego e formação profissional, contribuem também para a criação de melhores condições de enquadramento familiar das crianças em situação de pobreza.” (MTSS, 2006, pp. 39-40)

[Disponível on-line »](#)

"...Portugal highlights that in order to better understand the wellbeing of children the development of surveys which directly interview children would be very useful, particularly if these surveys collect information on the subjective perception of child poverty".

[\(Comissão Europeia, 2008\)](#)

"Children have a higher-than-average risk of poverty in most Member States. In some, almost every third child is at risk. Living in a lone-parent or jobless household further compounds the risk. This threatens social cohesion and sustainable development. Deprived children are less likely than their peers to do well in school, stay out of the criminal justice system, enjoy good health, and integrate into the labour market and society".

[\(Comissão Europeia, 2007\)](#)

Sobre Pobreza Infantil recomendamos

A [Comissão Europeia](#) editou em Janeiro de 2008 o relatório **Child Poverty and Well-Being in the EU - Current status and way forward**, que actualiza os dados sobre pobreza infantil e exclusão social nos países da União Europeia. Avalia a situação de cada país em relação à média europeia assim como as medidas políticas aplicadas.

[Disponível on-line em Inglês»](#)

Também da Comissão Europeia, o **Relatório Conjunto sobre a Protecção Social e Inclusão Social 2007** revela que Portugal é um dos oito países da União Europeia (UE), onde se registam níveis mais elevados de pobreza nas crianças, nomeadamente nas que vivem com adultos empregados. Há no nosso país mais de 20 por cento de crianças (uma em cada cinco) expostas ao risco de pobreza.

O relatório divide os Estados-membros em quatro grupos, consoante os resultados nacionais em cada um de três grandes sectores: desemprego, pobreza dos trabalhadores e insuficiência da assistência social.

No grupo A (os que apresentam melhores resultados, com níveis baixo de desemprego, de pobreza nos lares onde há crianças e segurança social eficaz) estão incluídos Áustria, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Eslovénia, Holanda e Suécia.

O grupo B integra a Alemanha, Bélgica, Estónia, França, Irlanda e República Checa. Eslováquia, Hungria, Malta e Reino Unido estão no grupo C.

O grupo D, de países onde se registam níveis relativamente altos de pobreza nas crianças, extremamente elevados em trabalhadores e uma fraca assistência social, inclui Espanha, Grécia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Polónia e Portugal.

O relatório não inclui ainda a Bulgária e a Roménia, os últimos países a aderir à União Europeia.

[Disponível on-line em Inglês»](#)

"There is a great degree of consensus among Europeans when it comes to the requirements and needs of children to live and develop well. Nearly all Europeans feel that children need to get 3 meals a day (95%), have new and properly fitting shoes (95%), eat fresh fruit and veggies on a daily basis (93%) and have an outdoor space to play safely (91%) and all of these are seen as an absolute necessity by at least half of the respondents. Conversely, only a small proportion of Europeans feels that no child should do without some regular pocket money (17%)".

[\(Eurobarómetro, 2007\)](#)

O [Eurobarómetro](#) publicou um estudo especial sobre a pobreza e a exclusão social na União Europeia (2007). Este relatório apresenta as percepções sobre as causas da pobreza, as atitudes face às pessoas sem-abrigo e as percepções sobre quais os critérios para um modelo de vida decente.

[Disponível on-line em Inglês»](#)

Richard J. Murnane analisou a realidade norte-americana e publicou em 2007 o estudo **Improving the Education of Children Living in Poverty**, sobre as desigualdades na educação: crianças que vivem em situação de pobreza tendem a frequentar escolas com baixos índices de sucesso e professores menos qualificados. Têm maiores índices de abandono escolar, deixando a escola sem as competências necessárias para arranjar um emprego que os liberte da situação precária em que se encontram. Murnane descreve três medidas que o governo deveria tomar para melhorar a educação destas crianças e as suas hipóteses de escapar à pobreza.

[Disponível on-line em Inglês»](#)

Celso Martínez Musiño publicou, em 2006, o artigo **Information Access for the Poor and the Role of Libraries in the Reduction of Poverty**, que analisa a realidade da população do México relacionando estatísticas socio-económicas com dados relativos aos hábitos de leitura, à frequência de bibliotecas e ao uso da Internet.

[Disponível on-line em Inglês»](#)

[Disponível on-line em Espanhol»](#)

O artigo de Paulo Marchiori Buss, **Globalização, Pobreza e Saúde**, publicado em 2007 na revista brasileira **Ciência & Saúde Colectiva** analisa as relações entre globalização, pobreza e saúde.

[Disponível on-line »](#)

"A diferença na esperança de vida ao nascer alcança 27 anos entre os países mais ricos e mais pobres; a mortalidade infantil é de 100 por mil nascidos vivos nos menos desenvolvidos e de apenas 6 por mil nos países de alta renda; e a diferença na mortalidade de menores de 5 anos é ainda maior: 159 por mil nascidos vivos nos países menos desenvolvidos e 6 por mil nos de renda alta".

[\(Buss, 2007\)](#)

O organismo irlandês [Combat Poverty Agency](#) apresenta várias publicações pertinentes sobre Pobreza Infantil:

- **The Role of Early Childhood Care and Education - An Anti Poverty Perspective**, de 2008.

[Disponível on-line em Inglês»](#)

- **Free Time and Leisure Needs of Young People Living in Disadvantaged Communities**, de 2006.

[Disponível on-line em Inglês»](#)

Documentos IAC

Condições de Vida das Crianças na Cidade de Lisboa, por Maria João Malho e Amélia Bastos. No Boletim IAC n.º 69, separata, de Julho 2003.

[Disponível on-line »](#)

Websites sobre o tema

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal	Combat Poverty Agency
Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa	Child Poverty Action Group
Plano Nacional de Acção para a Inclusão	Stop Child Poverty
Social Watch	National Center for Children in Poverty
End Child Poverty	Child Poverty

Seminários/Conferências/Congressos

Conferência Escola do Futuro

Organização: Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho. Data: 11 de Julho de 2008; Local: Braga, Auditório do Centro Multimédia. [Mais aqui»](#)

Seminário "Victims and Mediation"

Organização: **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima** Data: 14 e 15 de Julho de 2008; Local: Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. [Mais aqui»](#)

7º Encontro Nacional/ 5º Internacional de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração

Organização: Instituto de Estudos da Criança - Universidade do Minho. Data: 10 e 11 de Outubro de 2008; Local: Braga, Campus de Gualtar. [Mais aqui»](#)

XIX Encontro Nacional de Psiquiatria da Infância e da Adolescência

Organização: Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e da Adolescência. Data: 16 a 17 de Outubro de 2008; Local: Penafiel, Hotel Penafiel Park. Contactos: tel.: 21 793 4341; fax: 21 7934341; e-mail: appia@sapo.pt

Instituto de Apoio à Criança

Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância
Largo da Memória, 14
www.iacrianca.pt

Telefone
213617884

Fax
213617889

E-mail
iaccdi@netcabo.pt

Centro de Documentação – de 2ª a 6ª feira, entre as 9.00 e as 16.00h, mediante marcação.

Se não estiver interessado em receber esta *newsletter* ou se desejar efectuar qualquer pedido relacionado com a mesma envie-nos uma mensagem para iaccdi@netcabo.pt.